

# marxismo21

divulgando a produção teórica marxista no Brasil contemporâneo

<https://marxismo21.org>

Governo Bolsonaro, ameaça fascista e luta socialista.

David Maciel\*

O Governo Bolsonaro é um governo de extrema-direita com tendências fascizantes, unificado em torno de três eixos: o aprofundamento da escalada autocrática iniciada anteriormente e aprofundada após o golpe de 2016, a aplicação do programa neoliberal extremado e de uma pauta sócio-cultural-educacional moralista, anticomunista, fundamentalista cristã, racista, machista, misógina e homofóbica, além de anti-científica e historicamente negacionista. É um governo composto por variadas forças do campo político conservador alçadas ao poder por conta do golpe de 2016 e seus desdobramentos e da profunda crise do sistema de representação política por que passa o país: bolsonaristas/olavistas (milicianos, militares de baixa patente, policiais, carreiristas, juízes, procuradores, charlatães e ativistas do submundo digital, comerciantes e proprietários rurais); militares saudosos da Ditadura Militar (“Partido Militar”); membros do “partido do Judiciário” oriundos da operação Lava Jato, neoliberais extremados oriundos do sistema financeiro (“Partido Financeiro”), políticos da direita tradicional vinculados à grande propriedade rural, às igrejas neopentecostais e à segurança pública (“Partido fisiológico”, bancada BBB). Em certa medida Bolsonaro é uma síntese de todas essas forças, radicalizando o componente autocrático e fascista presente em todas elas.

Socialmente é um governo que representa o conjunto das classes burguesas, na medida em que aplica um programa neoliberal extremado de eliminação radical de direitos sociais e trabalhistas que interessa a todas as frações do capital: pequeno, médio, grande e mega; externo e interno; rentista, industrial, agrário, mercantil e de serviços. Isto porque barateia os custos diretos e indiretos com a força de trabalho, elimina ou atenua os controles políticos sobre a movimentação do capital e favorece a subsunção ainda maior do trabalho ao capital. No entanto, em termos específicos as frações mais

---

\* Membro da Editoria de marxismo21, professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFG.

beneficiadas são o capital externo; os capitais rentistas, particularmente o grande capital “financeiro”; o agronegócio, entendendo-se aí desde a agro-indústria à grande propriedade rural; o capital mercantil, particularmente o varejista e o capital do setor de serviços que explora a mercadorização dos bens sociais públicos (saúde, educação, previdência). As políticas de privatização das empresas e serviços públicos, reprimarização econômica, desindustrialização e de desmonte das “campeãs nacionais” (transnacionais brasileiras atuantes principalmente na América Latina e na África), interessam diretamente ao capital imperialista externo (e não apenas ao estadunidense), na medida em que especializa o país como produtor de alimentos, matérias primas e produtos industriais de baixa densidade tecnológica para os mercados mundiais (chinês, estadunidense, europeu); elimina um concorrente de segunda ordem na corrida imperialista atual; e transforma a economia nacional numa “reserva de caça” para as empresas transnacionais. O capital rentista, principalmente atuante no setor financeiro, mas com ramificações em outras frações do grande capital, garante sua remuneração com as políticas de ajuste fiscal e contingenciamento do orçamento, que permitem lucros exorbitantes com a dívida pública e a taxa de juros. O agro-negócio e o latifúndio se beneficiam com as políticas de reprimarização econômica, com o avanço da fronteira agrícola na Amazônia, com a destruição da política de proteção ambiental, com o combate aos movimentos de luta pela terra (trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas). O capital mercantil é diretamente favorecido pela desregulamentação ainda maior das relações de trabalho, com conseqüente aumento da jornada, eliminação de custos trabalhistas e favorecimento do trabalho temporário. A burguesia de serviços lucra avançando sobre o desmonte dos serviços públicos de saúde, educação e seguridade social, privatizando o setor e mercantilizando seu acesso. Lateralmente o governo beneficia os setores do capitalismo “mafioso” que operam na ilegalidade e se beneficiam do desmonte dos órgãos fiscalizadores, do “empoderamento” de forças policiais pela perspectiva fascista, da desregulamentação das relações de trabalho: milicianos, traficantes, grileiros de terra, desmatadores, garimpeiros, modernos “escravocratas”, etc. Nesse processo de redimensionamento da estrutura econômica do país o capital industrial interno perdeu importância econômica e protagonismo político e se limita cada vez mais à produção de bens de consumo não duráveis e de baixa intensidade tecnológica, ou à montagem de componentes importados, ou mesmo à mera importação de manufaturados. Em termos políticos, desde 2013 apóia euforicamente a pauta golpista e a escalada autoritária em nome da redução do “custo Brasil”, e

algumas de suas lideranças flertam abertamente com a perspectiva fascista de Bolsonaro, evidenciando sua posição subalterna no interior do bloco no poder. É um governo que conta com o apoio de uma base social composta ainda por setores da classe média, pequenos e médios proprietários rurais e mesmo setores proletários cooptados pelo discurso da antipolítica, pela defesa da hierarquia social (e racial), pelo combate aos sem terra, pela visão repressiva da política de segurança pública e/ou mesmo pela promessa “salvacionista” de um futuro de lei, ordem e empreendedorismo.

No atual momento vigora no Brasil o que poderíamos descrever como uma “democracia restrita”, substituta da “democracia de cooptação” oriunda da transição pós-Ditadura e legitimada pela constituição de 1988, que recorria ao transformismo como procedimento fundamental no trato do conflito social e político. No sincretismo que conforma a autocracia burguesa na atualidade, o que restou do regime democrático-representativo e do sistema de representação política é restringido pelo avanço dos elementos autoritários e fascistas no interior da autocracia burguesa. Os elementos autoritários se sustentam na eliminação progressiva dos controles políticos sobre a movimentação do capital e dos programas sociais minimamente voltados para as demandas populares, por meio da aplicação do programa neoliberal extremado, impondo o mercado como mediador exclusivo das relações sociais, favorecendo assim o despotismo do capital. Os elementos fascistas se apresentam no reforço material, institucional e ideológico da violência policial como principal mecanismo de controle social, no reforço da tutela militar sobre o governo e na eliminação progressiva do espaço político da esquerda e das organizações vinculadas ao mundo do trabalho, evidenciando uma perspectiva repressiva baseada no tratamento *manu militari* do conflito político e social.

É neste cenário político e institucional que o governo Bolsonaro alimenta uma perspectiva ainda mais autocrática, de aprofundamento da escalada autoritária em curso desde o início da década de 10 e intensificada após o golpe de 2016, patrocinando um conjunto de medidas repressivas que visam anular o espaço político dos trabalhadores criminalizando os movimentos sociais e suas lutas, enfraquecendo o movimento sindical, atacando os partidos de esquerda, ampliando o elenco de ações políticas “criminalizáveis”, “empoderando” os agentes do sistema repressivo e de informações (Forças Armadas, polícias), estimulando a militarização de sua base social, fortalecendo o sistema de vigilância estatal e informações. Busca ainda fortalecer o poder executivo federal diante dos outros poderes e entes federativos, com vistas a garantir sua

autonomia política centralizando ainda mais o processo político e a tomada de decisões. Além disso, enfraquece ou mesmo destrói as agências estatais e os programas minimamente voltados para as demandas populares e democráticas, não apenas os que oferecem serviços sociais públicos (SUS, IFES, INSS), mas também aquelas promotoras de políticas sociais e ambientais e/ou que combatem as diversas formas de desigualdade e opressão articuladas em torno das questões sindicais, de gênero, de etnia, de proteção ambiental, entre outras (sindicatos, IBAMA, INCRA, ICMBio, conselhos sociais, etc.).

Em suma, restringe o poder de pressão, a capacidade de influenciar políticas públicas e de acessar o Estado por parte do mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que fortalece e amplia as instâncias que fazem a interlocução com o capital. Esta é uma perspectiva apoiada por todas as forças que compõem ou apóiam o governo, o que significa limitar ainda mais a democracia restrita vigente desde 2016 em favor dos elementos autoritários e fascistas da autocracia burguesa.

No entanto, Bolsonaro e seus aliados mais próximos atuam para viabilizar um processo de fascistização propriamente dita, com o fechamento definitivo do regime político e a criação de um cesarismo bolsonarista. Aproveitando-se da crise de hegemonia e do fato de que bem ou mal todo o campo golpista tornou-se refém de seu êxito para viabilizar a pauta política e econômica do golpe, o presidente atua abertamente neste sentido quando, além dos setores já “bolsonarizados” nas Forças Armadas, nas polícias, no Ministério Público e no Judiciário em geral, busca ocupar com “bolsonaristas” as instâncias propriamente burocráticas do aparato estatal, inclusive nas Forças Armadas; quando defende abertamente a liberação do porte de armas e a “licença para matar” para militares e policiais, com vistas à constituição de “tropas de assalto” mobilizadas para combater os opositores e quando tenta criar um partido de perfil fascista que organize sua base social em termos políticos, eleitorais e ideológicos. O programa do partido de Bolsonaro, Aliança pelo Brasil, apresenta um conjunto de propostas e valores que combinam elementos do fascismo clássico com alguns do fascismo contemporâneo. Do fascismo clássico estão presentes o anticomunismo/antisocialismo, baseado na identificação entre estatismo e corrupção e no “repúdio à luta de classes”, “à função social da propriedade” e à “propriedade coletiva”; a perspectiva autoritária e cesarista de reforço do poder presidencial diante dos outros poderes em nome do resgate da “representação política”, da “garantia da ordem” e do combate ao “ativismo judicial”; o tratamento *manu militari* do conflito

social e político, identificado com “o direito à legítima defesa” e à “segurança”; o patriotismo presentes no “antiglobalismo”, no “respeito à memória, à identidade e à cultura do povo brasileiro”. Este último ponto se mescla com um elemento do neofascismo, presente também em outros movimentos fascistas da atualidade, qual seja o racismo cultural, versão atualizada do velho racismo biológico e da eugenia, na medida em que o povo brasileiro é identificado exclusivamente com a herança ibérica, com a tradição judaico-cristã e com os valores ocidentais, excluindo a influência indígena e africana. O programa não chega a propor a “solução final”, mas a perspectiva excludente e intolerante em relação a outras referências étnico-culturais é evidente. Outro componente contemporâneo é o fundamentalismo cristão, presente no “respeito à Deus e à religião e a defesa da vida, da família e da infância” e de perfil neopentecostal, mas que dialoga sem problemas com o catolicismo carismático e se combina com a antiga exaltação fascista da família patriarcal e do papel submisso da mulher. Também contemporâneo é o vínculo com o neoliberalismo, anunciado na defesa do “livre mercado, da propriedade privada e do trabalho” (leia-se, empreendedorismo!). Por fim, o novo partido se dispõe a estabelecer relações com partidos e movimentos conservadores de outros países, visando a criação de uma verdadeira “Internacional Fascista”. A nota pitoresca é que o novo partido também se declara “antinazista”! Afinal, como dizem “olavistas” como o chanceler Araújo, o nazismo é de esquerda, não é mesmo! Na verdade, trata-se de uma “cortina de fumaça”, que resgata a chamada “teoria do totalitarismo” associando fascismo clássico e comunismo como regimes “totalitários” baseados no estatismo econômico, buscando afirmar como “democrática” certas versões do fascismo contemporâneo, como o bolsonarismo, por conta de sua associação com o neoliberalismo e o livre mercado.

É fato que há setores que estão no governo ou que o apóiam que não referendam completamente este caminho por conta do grau de autonomia que pode conferir ao presidente e aos bolsonaristas/olavistas e pelo risco político que significa: a) setores das Forças Armadas, principalmente da ativa, que preferem a atual democracia restrita e a tutela militar sobre o governo ou mesmo uma solução cesarista militar em caso de acirramento da crise e derrubada de Bolsonaro; b) Moro e o “partido do Judiciário” vinculado à Lava Jato, que também é um fascista, mas que tem pretensões eleitorais próprias em 2022; c) por fim, o próprio “partido financeiro”, atento ao passado nacionalista e estatizante de Bolsonaro, ao seu hábito de intervir na equipe econômica sempre que seus interesses pessoais são ameaçados e aos riscos políticos que um

processo de fascistização representaria para a aprovação das “reformas”. A fala de Guedes defendendo um novo AI-5 repercutiu negativamente no “mercado”, ou seja, entre seus pares. Porém, apesar destas diferenças internas, nos últimos meses Bolsonaro tem reforçado sua posição em relação aos outros “partidos” que compõe a sua administração e avança no sentido da fascistização, pois bem ou mal, todos se tornaram reféns de sua legitimidade eleitoral e posição institucional.

Também há a resistência de setores do bloco no poder articulados politicamente em torno do centro-direita. Este campo político está presente não apenas no sistema de representação política (o chamado “Centrão”), mas na grande mídia, em aparelhos de hegemonia que patrocinam “investimentos sociais” (pobretologia e ambientalismo burguês) e contam com apoio financeiro de grandes empresas atuantes em todos os setores econômicos, e já se manifestam abertamente contra a fascistização, e mesmo em setores do Judiciário (STF, juízes e até procuradores). Para estes setores do campo golpista, é preciso aplicar a pauta neoliberal extremada, porém “calibrando” os arroubos autoritários presidenciais com o contrapeso dos outros poderes e do sistema de representação política e preservando a democracia restrita vigente hoje, mesmo que medidas mais repressivas sejam necessárias para conter a rebeldia popular. O fascismo bolsonarista implica para estes setores não apenas em perda de espaço econômico e político, mas a supressão de mecanismos de mediação política e social importantes, para não dizer cruciais, para a dominação burguesa no país. A adesão deste campo e dos setores do bloco no poder a ele vinculados à perspectiva de fascistização pretendida por Bolsonaro depende da capacidade do bolsonarismo se colocar como única força política capaz de derrotar definitivamente as forças políticas e sociais do mundo do trabalho. Neste sentido, o centro-direita busca impor sobre estas forças uma nova “chantagem do mal menor”, baseada na divisa “Ruim com o Centrão, pior com Bolsonaro”!

Por outro lado, o mundo do trabalho e as organizações políticas e sociais a ele vinculadas apresentam grandes dificuldades para conter a escalada autocrática em curso e os ataques do neoliberalismo extremado. Desde a greve geral contra a reforma da previdência (14J), o ciclo de mobilizações populares contra o golpe de 2016, contra o governo Temer e contra Bolsonaro refluíu sobre o peso do corporativismo, do institucionalismo, do lulismo e da própria “chantagem do mal menor” que assinalamos acima. Em primeiro lugar, é preciso considerar o impacto da reforma trabalhista e dos sucessivos ataques aos sindicatos no movimento sindical. Incapaz de romper com a

tutela estatal e com o corporativismo ao longo dos anos, hoje o movimento sindical padece de asfixia financeira por conta do fim do imposto sindical e vive grandes dificuldades de interlocução com os trabalhadores precarizados e informais. Por sua vez, os movimentos sociais resistem, buscando organizar pela base os setores sociais economicamente mais dispersos, mas deslocando sua crítica da contradição entre capital e trabalho para uma perspectiva difusa que contrapõe ricos e pobres. Num período em que a contradição capital/trabalho tem sido cada vez mais radicalizada pela ofensiva burguesa em nome da extração da mais-valia, esta concepção do conflito social tem sido ideologicamente impotente para frear junto aos trabalhadores, particularmente os precarizados, o avanço do discurso do empreendedorismo e da crítica neoliberal aos gastos sociais e às políticas sociais.

Por outro lado, os partidos de centro-esquerda, que hegemonomizam o campo da oposição de esquerda, tem canalizado prioritariamente sua capacidade de resistência e mobilização para a via institucional (parlamento, governos estaduais), até o momento insuficiente para enfrentar a ofensiva burguesa. O caso da reforma da previdência foi sintomático, expressão não apenas da impotência da esquerda institucional em barrar sua aprovação num Congresso amplamente dominado pelo campo golpista, mas também de sua conivência, pois se houve críticas às mudanças nas aposentadorias do setor público federal e do setor privado, houve apoio velado dos governadores de oposição (PT, PSB, PC do B, PDT) à reforma nos estados e municípios. Além disso, o “Lula Livre” condicionou a ação política das forças hegemônicas no movimento dos trabalhadores (PT, CUT) no sentido da moderação, determinando uma postura de recuo em relação ao ciclo de mobilizações de massa contra o governo e as reformas neoliberais, para obter apoio junto às forças de centro-direita e viabilizar sua libertação pelo STF. O peso do “lulismo” se evidencia ainda no fato de que a alternativa pela esquerda à hecatombe neoliberal/bolsonarista é uma reedição requentada do neoliberalismo moderado e da política de conciliação de classes vigentes nos governos petistas. No atual período isto significa reconstruir instâncias e instrumentos estatais voltados para o indutivismo econômico, as políticas sociais compensatórias e os direitos cidadãos, mas não a reversão de todas as medidas neoliberais já aprovadas e nem de todos os ataques políticos e institucionais à democracia de 1988. Ou seja, o “lulismo” não vislumbra a reversão integral da pauta política e econômica do golpe, o que favorece um grande pacto não declarado com os setores de centro-direita do campo golpista contra a fascistização e pela sobrevivência institucional do próprio PT. Não à toa a perspectiva

de mobilização anunciada por Lula após sua saída da prisão limita-se a uma campanha eleitoral permanente, em que a bandeira do “Fora Bolsonaro” é descartada de antemão. Fora disso, há o “cirismo”, com um projeto tecnocrático e uma perspectiva política ainda mais acomodatória em relação ao campo golpista e à pauta política e econômica do golpe. Isto significa dizer que diante da ameaça fascista representada pelo Bolsonarismo o bloco no poder e os setores de centro-direita do campo golpista tem obtido êxito em submeter a oposição de esquerda, particularmente o centro-esquerda, à uma lógica transformista que busca “normalizar” o golpe em nome da preservação do fiapo de democracia ainda restante e do imperativo do ajuste fiscal.

Para os trabalhadores não interessa qualquer das alternativas colocadas pelo bloco no poder na atual conjuntura. Em qualquer dos dois cenários, fascismo bolsonarista ou pacto do centro político em torno da “democracia restrita”, a pauta política e econômica do golpe se mantém, sendo aplicada “à quente” ou “à frio”. Para a esquerda anticapitalista o fascismo bolsonarista representa a possibilidade de eliminação física por meio da repressão pura e simples, como alvo prioritário do anticomunismo. No entanto, no segundo cenário o que corre risco é sua autonomia política e ideológica diante do “lulismo” e da “chantagem do mal menor”, ameaçada pelo institucionalismo e pela “tentação transformista” exercida pelo calendário eleitoral e pela negociação parlamentar. Diante deste cenário, algumas iniciativas poderiam ser tomadas pela esquerda anticapitalista, presente em quase todos os partidos e organizações da oposição de esquerda.

Em primeiro lugar é preciso rejeitar a nova “chantagem do mal menor” e a “normalização” do golpe tanto pela via da fascistização, quanto pela via da consolidação da “democracia restrita”. A luta pela reversão integral do golpe de 2016 implica na constituição de uma frente política que articule todas as forças antigolpistas em torno de uma pauta que proponha a anulação de todas as “reformas” neoliberais adotadas desde então, como a lei do teto de gastos, a reforma trabalhista, a lei da terceirização total, a lei da liberdade econômica, a reforma da previdência, o pacote anticrime, etc.; a anulação das eleições de 2018, por conta de seu caráter ilegal e ilegítimo; a destituição do governo Bolsonaro, dos governos estaduais, dos mandatos parlamentares e de todos os seus atos; a convocação de eleições gerais; a revisão de todas as sentenças da Lava Jato, a libertação de todos os presos políticos. Para além de sua dimensão mobilizatória, esta é uma pauta importante no enfrentamento ideológico com as forças fascistas e o campo golpista em geral. A defesa desta pauta deve estar baseada numa retomada vigorosa do



ciclo de lutas sociais que marcaram os últimos três anos, com manifestações, protestos de massa que envolvam diversas forças sociais e greves gerais e por categorias, que associem a dimensão corporativa da defesa de salário, direitos e condições de trabalho com a pauta antigolpista.

No interior desta frente política antigolpista é importante a constituição de uma frente política e eleitoral entre as forças da esquerda anticapitalista, que articule os partidos, movimentos, organizações e entidades em torno não apenas da centralidade da luta de massas no enfrentamento com o governo Bolsonaro e a nova “chantagem do mal menor”, mas de um programa que ao mesmo tempo estabeleça uma ruptura integral com o neoliberalismo, revertendo o mais rápido possível seus mecanismos, dinâmicas e efeitos, e crie mediações com a proposta socialista, propugnando o controle social imediato de bens sociais públicos oferecidos pelo Estado e de enorme importância na reprodução cotidiana da vida de milhões de trabalhadores, como saúde, educação, transporte coletivo, moradia, etc. Para além do enfrentamento com a perspectiva privatista e neoliberal que domina estes setores e da possibilidade de melhoria imediata dos serviços e atendimento das demandas da população, a experiência de controle social oferece a oportunidade de aprendizado na gestão coletiva desses bens sociais, apontando para a necessidade do controle e da propriedade social de todos os meios de produção.